

# Implicações da globalização no âmbito do saber e da prática de gestão: algumas reflexões

Claudia Santiago

Mestre em Administração pela Middlesex University of London.  
Graduação em Administração de Empresas pela UFPE.  
Diretora de Recursos Humanos da Baxter Healthcare.  
E-mail: claudia.df.santiago@uol.com.br

Michel Mott Machado

Doutor em Administração pela Mackenzie.  
Professora na Fatec Itaquaquetuba.  
E-mail: michelmottmachado@gmail.com

Recebido: 11 ago. 2015

Aprovado: 29 nov. 2015

**Resumo:** Neste ensaio, buscou-se refletir sobre algumas implicações da globalização no saber e na prática de gestão, tendo em consideração perspectivas hegemônicas e contra-hegemônicas. Diante disso, abordagens descoloniais no campo de estudos de gestão e organização, particularmente voltadas à realidade latino-americana, mostram-se viáveis e até mesmo desejáveis, principalmente se se considerar o imperativo intercultural num sentido emancipatório.

**Palavras-chave:** globalização; saber e prática de gestão; homogeneização; heterogeneização; descolonização.

**Abstract:** In this paper, we tried to reflect on some of the implications of globalization on knowledge and practice of management, taking into account hegemonic perspectives and counter-hegemonic. Therefore, Decolonial approaches in the field of management and organization studies, particularly focused on the Latin American reality is viable and even desirable, especially if one considers the intercultural imperative in an emancipatory sense.

**Keywords:** globalization; knowledge and practice of management; homogenization; heterogeneity; decolonization.

**Resumen:** En este trabajo, tratamos de reflexionar sobre algunas de las implicaciones de la globalización en el conocimiento y la práctica de la gestión, teniendo en cuenta las perspectivas hegemónicas y contra-hegemónica. Por lo tanto, el enfoque des-colonial en el campo de la gestión y organización de estudios, especialmente centrados en la realidad latinoamericano son viable y deseable, sobre todo si se tiene en cuenta el imperativo intercultural en un sentido emancipatorio.

**Palabras clave:** la globalización; el conocimiento y la práctica de la gestión; homogeneización; heterogeneidad; descolonización.

Vários profundos e decisivos episódios históricos ocorreram ao longo do breve século XX (HOBSBAWM, 1995), mas foi basicamente a partir da segunda metade do referido século, que paulatinamente, foram sendo criadas as condições estruturais à denominada “globalização”.

Segundo Bauman (1999), estaríamos todos sendo “globalizados”, sendo que a palavra “globalização” poderia ser considerada como um lema, um termo da moda, um encantamento mágico ou mesmo uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros, que para alguns seria o que devemos fazer se quiséssemos ser felizes; para outros seria a causa de nossa infelicidade.

Entretanto, por detrás do uso corrente do termo “globalização”, muitas vezes descuidado, percebe-se inúmeras atribuições de significados ao fenômeno, produzindo certa vulgarização e banalização conceitual. Em determinada altura, podia-se “endeusar” a chamada “globalização” ou, por outro lado, “demonizá-la”.

É flagrante que a utilização de uma maneira simplista do termo, tendia – como de fato ainda pode acontecer – a reduzi-lo ao seu aspecto meramente de natureza econômica, quando se trata de um fenômeno complexo e multifacetado, possuidor de um caráter amplo e de forte impacto nas dinâmicas locais. Assim, concordamos com Parker (2014), quando sinaliza que a globalização pode ser encarada como um fenômeno em expansão, não devendo o interesse sobre o tema restar confinado à esfera dos negócios.

Acredita-se que a chamada globalização – tomada nesse momento num sentido genérico – possui aspectos positivos e negativos, ou seja, pode trazer oportunidades e riscos, a depender mesmo da forma como se enxerga o fenômeno. Nessa direção, poder-se-ia considerar que há uma globalização dita hegemônica ou dominante, bem como reações a essa força tendente a uniformizar as heterogeneidades do mundo, tornando-o cada vez mais isomórfico ou mimético. Portanto, nesse movimento global-local, haveria desenvolvimento de uniformidades, diversidades e hibridismos.

Assim, ao se ter por pano de fundo a problemática dos desafios impostos pela globalização, o nosso objetivo central neste artigo é o de realizar certo clareamento conceitual a partir de seu desenvolvimento, encaminhamentos e reflexos, num âmbito mais geral, tendo em vista a tentativa de compreensão dos mecanismos promotores de uma homogeneização/uniformidade – em várias instâncias da vida social – bem como

de perspectivas contra-hegemônicas ou subalternas (que promoveriam diversidade epistêmica e de práticas sociais), para, a partir daí, nos determos sobre algumas implicações do fenômeno no âmbito do saber e da prática de gestão.

Nesse sentido, a proposta deste ensaio foi o de realizar uma exposição lógica, reflexiva e argumentativa, com alto nível de interpretação e julgamento pessoal – o quanto possível – sobre o fenômeno da globalização, bem como sobre algumas implicações sobre o saber e a prática de gestão. Nesta direção, a contribuição teórica do artigo consiste em analisar as bases do fenômeno da globalização em suas manifestações hegemônicas e contra-hegemônicas, tanto num sentido mais amplo, quanto mais restrito, isto é, ao tomarmos a gestão e a organização como foco de preocupação.

Além desta introdução, a estrutura do artigo está dividida em três partes. Primeiramente, busca-se discutir sobre o fenômeno da globalização. Em seguida, procura-se analisar as implicações do fenômeno no âmbito do saber e da prática de gestão. Por fim, tecem-se algumas discussões à guisa de considerações finais.

### **Sobre o fenômeno da globalização**

Uma noção bastante ampla e difundida sobre a globalização tem a ver com a ideia de que trata-se de um fenômeno que acarretaria um encurtamento do espaço e uma aceleração do tempo, isso se tomarmos o espaço-tempo mundial como foco.

Tomado num sentido metafórico, a globalização poderia ter as formas de uma “aldeia global”, baseada na ideia de que a organização, o funcionamento e a mudança da vida social, seria fruto da técnica, ou mais precisamente, da eletrônica; de uma “fábrica global”, que sugeriria uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além das fronteiras nacionais, ou ainda, a reprodução ampliada do capital em escala mundial; e de uma “nave espacial”, que traz a ideia de uma viagem, uma travessia a um destino desconhecido, que pode produzir perplexidades devido a impossibilidade de desvendar o devir (IANNI, 2001).

Paralelamente a essas possíveis visões metafóricas à globalização, uma das faces mais manifesta do fenômeno é que a globalização da economia, de certa maneira, pode ser caracterizada por um “aumento significativo das trocas comerciais e das transações

financeiras”, o que foi possível verificar de forma dramaticamente acentuada nas duas últimas décadas do século XX (BARUKI; BERTOLIN; DIAS, 2009). Em outros termos, poder-se-ia considerar a globalização, num certo senso, como “[...] uma economia internacional crescentemente aberta, integrada e sem fronteiras” (MARTINE, 2005, p. 4). Na mesma direção, ou seja, tomada sob uma ótica essencialmente econômica, a globalização poderia ser entendida ainda como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2007, p. 23).

Pode-se verificar ainda, que o termo globalização pode designar, de acordo com Sandroni (1999, p. 265), “o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes [...]”. Entretanto, como se pode perceber, esta definição, embora assente a globalização num tripé econômico, comunicacional e, por assim dizer, “logístico”, dá a entender que, de fato, trata-se de um fenômeno essencialmente econômico-empresarial (de mercado). Num olhar aproximativo, pensa-se que tal perspectiva econômico-empresarial (de mercado) não possa ser de antemão descartada, posto que verossímil e credível.

Essa perspectiva de uma interligação cada vez mais intensa das cadeias produtivas globais – usufruindo da abertura dos mercados locais e regionais, comercial e financeiramente falando – vêm no bojo de uma série de liberalizações profundas que se iniciaram nos anos 1980 com os governos neoliberais de Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos EUA, sendo que tais políticas liberalizantes visavam reinstaurar a primazia do mercado sobre o estado de bem-estar social, como uma resposta mesma à chamada crise estrutural do capital (ANTUNES, 2000).

Oportunamente, pode-se pensar que o sistema capitalista aproveitou-se do momento de fragilidade que o bloco soviético apresentava, chegando à sua dissolução em fins da década de 80 (HOBSBAWM, 1995; ANTUNES, 2000), sendo certo pressupor, portanto, que da mesma forma que a existência de um bloco soviético forte, reforçava as lutas sociais dentro dos países capitalistas, ao enfraquecer-se este anteparo socialista, enfraquecer-se-iam também as lutas sociais na Europa, em termos geopolíticos, bem como suas representações políticas.

Antunes (2000), ao preocupar-se com a busca dos sentidos do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva do capital, bem como suas repercussões no processo de trabalho, refletiu sobre as dimensões da crise estrutural do capital, como já

mencionado, cuja expressão fenomênica seria a crise do modelo taylorista-fordista de produção, sendo que, segundo autor, o capitalismo começava a dar sinais de um quadro crítico a partir dos anos 70 do século passado. O aprofundamento do que o autor denominou de crise estrutural do capital, deveu-se a dois fatores principais, quais sejam: 1. a intensificação das lutas de classes (por meio dos movimentos autonomistas); e 2. a maior concorrência intercapitalista (ANTUNES, 2000). Esses dois fatores, conjuntamente, e consubstanciados numa lógica e numa estrutura institucional, política, social e econômica próprias do compromisso social-democrático, tendiam a comprimir as taxas de lucros dos empreendimentos capitalistas, o que é inconcebível na lógica do capital.

Daí então a reestruturação produtiva do capital como resposta à sua crise estrutural, impondo-se um novo modelo de produção mais flexível, trazendo novas formas de acumulação do capital, por meio de uma liofilização organizacional e do trabalho numa fábrica toyotizada, o que acarretaria em novas formas de intensificação do trabalho (ANTUNES, 2000). A partir desta perspectiva, outra lógica correspondente tomaria centralidade, qual seja, a ideia da qualidade total<sup>i</sup>.

A liberalização dos mercados globais, bem como a reestruturação produtiva do capital, encontraram um terreno fértil para o avanço da onda neoliberalizante da internacionalização do capital. Os reflexos puderam se sentir em todo mundo de diversas maneiras, como por exemplo, na precarização do trabalho, no aumento do desemprego e da desigualdade econômica e social dentro dos países e entre os países, desregulamentações, privatizações, perdas de direitos sociais, aumento da exclusão social etc. (ANTUNES, 2000).

A essa etapa da “mundialização do capital”<sup>ii</sup>, concomitante a uma estreita relação entre as atividades produtivas criadoras de valores, verificou-se, a partir dos anos 1980, um acentuado, relevante e notável crescimento das operações exclusivamente financeiras dos grupos industriais (CHESNAIS, 1996; SERFATI, 1998). De fato, começava-se a perceber um movimento de relativa autonomização e de hipertrofia da esfera financeira do chamado mercado, em detrimento da esfera produtiva, processo este que se acentuou na década de 90. Para Chesnais (1996), essa mundialização poderia ser compreendida como uma fase específica do processo de internacionalização e valorização do capital, de modo que o seu movimento, abarcaria

vastas regiões do mundo onde houvesse recursos e mercados a serem explorados, descortinando, assim, o caráter destrutivo e excludente da lógica do capital. Nesta direção, vários foram os autores que se dedicaram a decifrar os mecanismos de reprodução do capital na era de financeirização hipertrófica (GUTTMANN, 1998; FARNETTI, 1998; CHESNAIS, 1996), bem como suas manifestações desestabilizadoras (BRUNHOFF, 1998; PLIHON, 1998), excludentes (SALAMA, 1998) e de vulnerabilidade sistêmica (CHESNAIS, 1998; PLIHON, 1998).

Ainda do ponto de vista econômico, ao refletir aguda e profundamente sobre o que considerou um desdobramento lógico do horror econômico fabricado intencionalmente pelos economistas representantes do capital, a ensaísta Forrester (1997), com sua verve dramática, procurou refletir sobre a globalização/mundialização, compreendida por ela como o braço operacional do neoliberalismo, que poderia conduzir grande parte do gênero humano, segundo sua visão, não somente à exclusão, mas no limite, à eliminação.

Vários foram os autores que, a partir das mais diversas preocupações, procuraram compreender e explicar a globalização neoliberal e suas manifestações, como por exemplo, o crescimento da desigualdade e da exclusão (THERBORN, 2000; SALAMA, 2000), a relação entre democracia, política, mercados, na nova ordem mundial (CHOMSKY, 2000; CASANOVA, 2000; GÓMEZ, 2000; OLIVEIRA, 1999; SANTOS, 1999; SOLA, 1999; PEREIRA, 1999; SUNKEL, 1999), além de serem consideradas questões como a globalização neoliberal, os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores (WOODIWISS, 1999; BEYNON, 1999).

Numa abordagem menos restrita à esfera econômica, no entanto, sem excluí-la, e partindo de uma postura denunciativa que visava contrapor-se a uma epistemologia do Norte que corresponderia a um pensamento hegemônico<sup>iii</sup>, poder-se-ia admitir a globalização como “o processo pelo qual determinada condição ou entidade social estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2008, p. 438).

Seguindo esta linha de raciocínio, e contrapondo-se ao que considera uma globalização hegemônica, acrescenta-se que Santos (2008) afirma que a globalização deveria ser chamada no plural, isto é, “globalizações”, posto que se tratasse de “feixes de relações sociais” que envolveriam conflitos, portanto, vencedores e vencidos. Dentro

desta perspectiva, se distinguiriam quatro tipos de processos ligados à globalização, quais seja, o localismo globalizado, o globalismo localizado, o cosmopolitismo insurgente e subalterno, bem como o que poderia ser chamado de patrimônio comum da humanidade (SANTOS, 2008).

Seguindo com Santos (2008), os processos de localismo globalizado e de globalismo localizado, operariam em conjunção, e constituiriam a denominada globalização hegemônica ou neoliberal. Nesta direção, o localismo globalizado, corresponderia ao processo de imposição de uma (des)ordem internacional pelo qual “determinado fenômeno, entidade, condição ou conceito local é globalizado com sucesso” (SANTOS, 2008, p. 438); já o globalismo localizado consistiria “no impacto específico nas condições locais das práticas e imperativos transnacionais que emergem dos localismos globalizados” (SANTOS, 2008, p. 438), o que seria um fator de desintegrações, marginalizações e exclusões locais, quando senão, “reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna”. Em ambas as situações, tratar-se-ia de uma “globalização de cima para baixo, em suma, a versão mais recente do capitalismo e imperialismo globais” (SANTOS, 2008, p. 438).

Por outro lado, dentro desse mesmo sistema-mundo, ocorreriam também as resistências à globalização hegemônica, o que corresponderia a uma globalização contra-hegemônica, também chamada de “globalização alternativa ou “a partir de baixo”, sendo que sua constituição possuiria relação direta com “o cosmopolitismo insurgente e subalterno” e com “o patrimônio comum da humanidade” (SANTOS, 2008). Neste sentido, por “cosmopolitismo subalterno e insurgente”, compreenda-se a organização da resistência, em escala global, por parte dos oprimidos; já “o patrimônio comum da humanidade”, compreenderia a emergência global de lutas transnacionais por valores, ou recursos (SANTOS, 2008).

Dentro dessa linha de pensamento, muitos outros estudos dentro do campo das ciências sociais já vinham sendo empreendidos como uma forma de compreender os reflexos da globalização neoliberal excludente – principalmente no âmbito do “Terceiro Mundo” –, bem como certas “estratégias” de resistências mundiais ao fenômeno do globalismo (SALAMA, 2000; THERBORN, 2000; CASANOVA, 2000; AMIN, 2001; HOUTART, 2001; SADER, 2001; CECENÑA, 2001; BORON, 2001; SEOANE; TADDEI, 2001; COCKBURN; CLAIR, 2001; MATTE; GUAY, 2001; MONEREO,

2001). Neste sentido, uma das principais contribuições teóricas dentro do campo de estudos, foi a do sociólogo alemão Ulrich Beck (1999), que ao refletir sobre o fenômeno, procurou responder a questão “O que é globalização?”, ao mesmo tempo em que buscava demonstrar os equívocos do globalismo e as possíveis respostas à globalização.

Beck (1999), como se pode perceber, deu nomes diferentes para fenômenos que, ao mesmo tempo em que estão relacionados, são diversos. Nesta direção, com o intuito de tentar “levantar a voz contra o poder do mercado mundial” a intenção central do autor foi o de procurar estabelecer uma distinção entre globalismo, de um lado, e globalidade ou globalização, de outro. Para o autor, o globalismo seria “a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo” (BECK, 1999, p. 27). O globalismo, segundo Beck (1999), seria monocausal, restrito ao aspecto econômico e reduziria a pluridimensionalidade da globalização a esta única dimensão, a econômica, que seria, ela mesma, subordinadora de todas as outras dimensões relativas à cultura, à ecologia, à política e à sociedade civil.

A globalidade, por sua vez, tem a ver com a ideia de uma “sociedade mundial”, que significaria o conjunto das relações sociais que não estariam integradas à política do Estado nacional, e que tampouco seriam determinadas/determináveis por ela (BECK, 1999). Neste contexto, o “mundial”, da expressão “sociedade mundial” designaria, então, diferença, diversidade, e “sociedade” não-integração, de tal forma que se poderia compreender a sociedade mundial como diversidade sem unidade (BECK, 1999).

Já a globalização compreenderia, portanto, segundo a visão de Beck (1999, p. 30) “os processos, em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”. Seguindo com o autor, a globalização, tal como se apresenta, seria um fenômeno irreversível, o que não quer dizer, à priori, que não haveria a possibilidade de relações de interdependência e de convivência entre as lógicas da globalização da ecologia, da cultura, da economia e da sociedade civil (BECK, 1999). Para o autor, esta compreensão seria de fundamental importância, pois equivaleria a crer que esta consideração abriria espaço para a política contra o que se denominou de “encanto despolitizante do globalismo” (BECK, 1999).



Uma outra vertente explicativa nos é proporcionada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (2003). Segundo este autor, “uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX” (CASTELLS, 2003, p. 119), o que nomeia de economia informacional, global e em rede. Assim, no bojo dessa “nova economia informacional, global e em rede”, ao mesmo tempo em que se poderia observar a imposição de padrões comuns de produção, consumo, cultura etc., poder-se-iam perceber também reações locais que floresceriam de novas práticas sociais e que se potencializariam pela ampliação da comunicação, o que colocaria a questão da(s) identidade(s), como um fator de resistência em face da homogeneização, podendo vir a ser, até mesmo, a fonte de mudanças socioculturais (CASTELLS, 2002). Ao mesmo tempo, como efeitos perversos desse processo global, o “deslocamento”, o “desnorreamento”, a “insegurança” material e psicológica ocasionada para um imenso contingente de pessoas no planeta, poderia sugerir o retorno às identidades primárias fortes, o que, por sua vez, poderia trazer à tona – de forma mais acentuada – racismos, xenofobia, terrorismos, fanatismos etc. (CASTELLS, 2002).

Numa linha um pouco diversa, Richard Sennet (2000), em cima dos riscos e oportunidades gerados pela globalização, debruçou-se sobre as consequências pessoais do trabalho no que chama de “novo capitalismo”, dizendo que no ambiente de trabalho moderno, as pessoas já não conseguem construir ou desenvolver narrativas coerentes para suas vidas, o que poderia ocasionar o impedimento da formação do caráter, haja vista que este dependeria de virtudes relativamente estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua.

Num outro esforço para compreender o fenômeno da globalização, Bauman (2011), entre outras questões, trouxe uma contribuição a partir de um neologismo, a “glocalização”. Para o autor, o que se deve aprender é que as distâncias geográficas não importam mais, pois tudo está conectado o tempo todo – com poucas ou nenhuma barreira de controle – por meio das *world-wide-web*. Segundo esta visão, os efeitos viajam independente de suas causas, e estas podem ser locais, sendo, ao mesmo tempo, global o alcance de suas inspirações, e dentro desta lógica, as iniciativas são como antes locais, mas suas consequências são agora globais, indo além da previsão, planejamento e direção do local onde elas emergiram (BAUMAN, 2011). Assim, ao procurar explicar o fenômeno “glocal”, Bauman (2011) está, na verdade, tentando explicar o caráter

ambivalente da globalização, que tanto divide como une – e as causas da divisão são idênticas a que promovem uniformidade do globo.

Nesse contexto, junto com as atuais dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, de pessoas etc., é colocado em movimento um processo “localizado”, de fixação no espaço. Assim, o que para alguns é um sinal de liberdade, para outros é um destino indesejável e cruel. Mas é irremediável, e com implicações que mudam nossas vidas, certamente também a vida das organizações, com suas formas de produzir, de comercializar, de comunicar. É todo um conjunto de valores, normas, formas de planejar, executar, avaliar e criar que precisa ser repensado. O mundo “globalizado” ou “glocalizado” habita-nos e nos pede reflexão, e porque não dizer, novos posicionamentos.

### **As implicações da globalização no âmbito do saber e da prática de gestão**

Seja pelo encurtamento do espaço-tempo, na forma de uma “aldeia global”, ou de uma “fábrica global”, ou mesmo como uma “nave espacial” (IANNI, 2001), o fato é que o fenômeno da globalização, sobretudo em sua face de “globalismo” (BECK, 1999), ou mesmo de uma “economia informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2003), tem imposto uma dinâmica tal, que se poderia chamar de tendencialmente isomórfica ou homogeneizante, de modo que as ideias, valores, cultura, mercadorias, práticas sociais, estilos de vida etc, cada vez mais vêm apresentando uma certa “padronização” ou “normatização” (BAUMAN, 1999, SENNET, 2000; FREITAS, 2006), isto desde os interesses do centro hegemônico global até a semiperiferia e a periferia (SANTOS, 2008).

Um exemplo do que se está a dizer, poderia ser a intensa tentativa, principalmente desde o final da Segunda Grande Guerra (século XX), de anglo-saxonização do mundo, por meio da projeção de poder desde a partir da “transformação da língua inglesa em língua franca, o ajustamento estrutural, a globalização do *fastfood* ou à adoção mundial das leis de propriedade intelectual dos EUA”, conforme nos alerta Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 438), até a construção de uma “arquitetura imperial estadunidense” (PETRAS; VELTMEYER, 2000).

Entretanto, como foi possível perceber no capítulo anterior, esse movimento que se poderia designar de hegemônico-uniformizante-global, por mais que alguns pudessem desejar, não “reinou” – como de fato não reina – sem alguma resistência, no caso, uma globalização contra-hegemônica e insurgente.

Esse debate entre uma abordagem hegemônica e outra contra-hegemônica da globalização, pode ser, de alguma maneira, transposta ao âmbito do saber e da prática de gestão. Mais precisamente, busca-se discutir aqui, acerca de um movimento tendente a uma isomorfização de tais saberes e de tais práticas, em escala global. Têm-se em mente ainda, que os referenciais ocidentais – do Norte Global – são predominantes dentro deste campo, mais precisamente, os de origem anglo-saxônica.

Dentro dessa perspectiva, e tomando-se o caso brasileiro em particular, por exemplo, Caldas e Alcadipani (2006) procuraram discutir a americanização ou a anglo-saxonização dos saberes e das práticas de gestão. Seguindo uma linha semelhante, Caldas (2007), procurou refletir sobre a tendência das organizações brasileiras a mirar em casos bem sucedidos de fora, bem como, num sentido mais amplo, na influência do estrangeiro na vida do brasileiro e em nossas organizações. Em síntese, o autor sugere que a raiz desse comportamento nacional – amplamente difundida na prática social – possui forte base na própria cultura brasileira, sugerindo ainda que a análise criteriosa do fenômeno, principalmente a partir de suas determinantes nacionais e suas implicações organizacionais, pode vir a contribuir para uma melhor compreensão da realidade organizacional local, como também à promoção mais equilibrada da diversidade nas organizações nativas.

Outra contribuição relevante dentro do campo é a de Motta, Alcadipani e Bresler (2001), que a partir de uma preocupação similar à de Caldas (2007), tem em mente a valorização do estrangeiro como segregação nas organizações, o que, em resumo, seria um reflexo da valorização de outros países – particularmente os de cultura anglo-saxônica – em lugar do nosso.

Alcadipani e Crubellate (2003), por sua vez, buscaram estudar parte da produção nacional de pesquisa voltadas à cultura organizacional brasileira, de modo que tiveram que entrar nos traços tipicamente nacionais e seus reflexos na cultura organizacional, bem como por uma suposta “cultura organizacional que não presta”, ou seja, estudos organizacionais brasileiros nos quais predominam uma visão negativa da suposta

cultura brasileira em relação a outras culturas, principalmente a estadunidense ou a de países considerados desenvolvidos (como por exemplo o Japão). Tal valorização pelo que vêm de fora, isto é, dos países do “Primeiro Mundo”, tende a reproduzir os saberes e as práticas de gestão oriundos da realidade e dos interesses mais ou menos homogêneos do Norte Global.

Em outra frente de estudos, ao refletir sobre um possível modelo conceitual a partir de uma representação da cultura brasileira contemporânea, bem como ao buscar oferecer algumas proposições teóricas relativas a possíveis deslocamentos da textura cultural brasileira, Caldas (2009) procurou discutir sobre um movimento homogeneizante e suas implicações, revelando potenciais relações que podem vir a ser “cautelosamente” utilizadas como “ponto de partida” para compreender possíveis mudanças culturais. Nesta mesma direção, um dos fenômenos que possuiria grande poder homogeneizador no tocante a cultura brasileira seria o estrangeirismo, principalmente a partir do referencial anglo-saxônico, o que o autor denominou de “anglo-saxonização” da cultura, sendo que esse movimento cultural, institucional etc., iria de encontro a uma força externa que forçaria a cultura brasileira a uma “normatização” ou “padronização”, a partir mesmo de padrões estabelecidos por países de maior grau de desenvolvimento (CALDAS, 2009). Outro ponto interessante no referido estudo, é a proposição de que o eixo Rio-São Paulo, funcionaria como um pólo homogeneizante dentro do país, porém como reprodutores de modelos estrangeiros (CALDAS, 2009), principalmente dos países desenvolvidos do Norte.

Ainda dentro do campo dos estudos organizacionais, ao procurarem refletir sobre a influência da abordagem anglo-saxônica na análise das organizações brasileiras, Rodrigues e Carrieri (2006, p. 195) constataram a “posição hegemônica desfrutada até então pelas teorias anglo-saxônicas e a adoção de modelos universais para explicar o que ocorre nas organizações em outras regiões do mundo”. Entre outros pontos, os autores apontaram a predominância da literatura organizacional de origem anglo-saxônica no âmbito da gestão, bem como ressaltaram que “a importância do pensamento americano ainda pode ser observada no conteúdo curricular dos programas de graduação e pós-graduação” (RODRIGUES; CARRIERI, 2006, p. 198-199).

Numa linha semelhante, Bertero e Keinert (1994) já haviam focalizado a trajetória dos estudos organizacionais no Brasil, tendo como referência os anos 1961 a

1993, tendo concluído que o conhecimento produzido dentro do campo, nada mais foi do que uma reprodução do pensamento americano. Mais ainda, os autores alertaram para a imperiosa necessidade de se criar perspectivas apropriadas ao contexto nacional.

Vergara (2006) também ensejou esforços para compreender e explicar o funcionamento do campo de estudos organizacionais no Brasil. Preocupada com o campo dos estudos voltados à administração no país, a autora teceu a seguinte questão básica: “até que ponto a produção científica em análise organizacional no Brasil tem revelado independência intelectual tal, que contribua para o autoconhecimento do país, o reconhecimento de uma identidade e, a partir daí, para o seu autodesenvolvimento?”. De forma sintética, os principais resultados podem ser assim sumarizados: haveria predominância de fontes estrangeiras frente às brasileiras, principalmente de origem americana; os pesquisadores brasileiros não teriam o hábito de procurar por referências latino-americanas, entretanto, nota-se a maior presença dos autores brasileiros como referência (VERGARA, 2006).

Numa outra vertente de estudos, Freitas (2006) preocupou-se com a implicação do fenômeno da globalização sobre a cultura organizacional, e sinalizou que apesar do corpo teórico deste tema permanecer fragmentado, frágil do ponto de vista conceitual e metodológico, isto não invalidaria o reconhecimento e a importância dos elementos culturais no universo organizacional. Neste sentido, conforme a autora, cultura organizacional seria, primeiramente, um instrumento de poder, e também um conjunto de representações imaginárias sociais, que se constroem e reconstroem nas relações cotidianas dentro da organização, e que se expressam em termos de valores, normas, significados e interpretações, tendo em vista um sentido de direção e unidade tornando a organização fonte de identidade e reconhecimento para seus membros. Nesse contexto, alerta-nos para algo que parece cada vez mais possível, a “cultura organizacional internacional” das empresas multinacionais, ou a cultura global, de modo que a cultura organizacional também ampliaria a ideia de território, ao vincular o indivíduo não somente à unidade onde ele trabalha, mas à empresa “global”, total, potente e onipresente, ou seja, as multinacionais já não mais se refeririam ao seu país de origem, e na sua linguagem, consagrariam o indivíduo como um cidadão do mundo.

Na visão de Freitas (2006), com a globalização, as fronteiras deixam de ter importância e as grandes empresas cada vez mais se aproximam, concordam com os

requisitos essenciais para o sucesso, e se parecem, contudo, sem anular o desafio entre o global e o local.

Wood Jr.e Chu (2008), ao discutirem sobre a “cultura organizacional brasileira pós-globalização”, isto é, sobre “os efeitos da globalização e da internacionalização dos negócios e a influência paralela dos valores e referenciais locais na constituição de culturas organizacionais”, sinalizaram que dentro deste debate predominam duas visões, uma dita tradicional, atrelada a uma ideia de homogeneização, e outra que percebe a globalização “como um processo impulsionador de heterogeneidade”, sendo esta última relacionada com processos de hibridização, que por sua vez, poderiam ser caracterizados “por contínuas tentativas de renovação, por uma multiplicidade de grupos assumindo a heterogeneidade multitemporal peculiar a cada setor e país” (ESCOBAR, 1995, p. 218). Para Garcia-Canclini (1990), a hibridização envolveria uma reestruturação dos laços entre o tradicional e o moderno, o popular e o culto, o local e o estrangeiro.

Em relação à questão da globalização e hibridização nas organizações latino-americanas, pode-se compreender o “conceito do híbrido como uma estratégia discursiva e metateórica de particular valor para enquadrar a (pós-) modernidade latino-americana e as formas transicionais contemporâneas derivadas” (CALÁS; ARIAS, 2007, p. 318-319). De fato, as autoras consideram a hibridização como um discurso possível, provisório e localizado no contexto do pós-modernismo latino-americano, e que seria capaz de proporcionar “um espaço teórico melhor para a representação das mudanças organizacionais na América Latina” (CALÁS; ARIAS, 2007, p. 322). Seguindo nesta trilha, pode-se considerar que

[...] os estudiosos das organizações em um mundo globalizado podem beneficiar-se se mudarem seus espaços discursivos mais tradicionais e adotarem algumas alternativas que aparecem nas teorizações realizadas fora da América do Norte e Europa. (CALÁS; ARIAS, 2007, p. 323)

Tal proposta de mudança do espaço discursivo tradicional para o da hibridização, decerto traz desafios quanto aos limites disciplinares e metodológicos dentro do campo dos estudos organizacionais (CALÁS; ARIAS, 2007). Ademais, pensar o estudo e a prática de gestão a partir da ótica da hibridização, também pode ser

encarado como um esforço de ampliar a diversidade epistêmica do mundo (SANTOS, 2011; SANTOS, 2008), bem como uma forma de ir além de representar o mundo do outro, para, isto sim, abrir-se ao outro e ao mesmo tempo a si mesmo (CALÁS; ARIAS, 2007).

### **Discussão e considerações finais**

A globalização, tal qual se configura desde o último quartel do século passado, é um assunto recente historicamente, e que têm despertado interesse de vários pensadores. Foi basicamente a partir da segunda metade do século XX, que paulatinamente, foram sendo criadas as condições estruturais à denominada globalização.

A utilização “apressada” do termo “globalização”, de alguma maneira, pode aumentar o risco de considerar o fenômeno a partir de perspectiva simplificadora, portanto, tendente a reduzi-lo ao seu aspecto meramente de natureza econômica.

Contrariamente a essa possível visão redutora do fenômeno em foco, pensa-se que é apropriado considerar a globalização em sua complexidade, em suas múltiplas faces, possuidora, portanto, de um caráter amplo e de forte impacto nas dinâmicas locais e globais.

Procurou-se, neste artigo, refletir sobre duas questões centrais, sendo a primeira a noção de globalização e, em seguida, sobre algumas implicações para o estudo e a prática de gestão, principalmente dentro de um contexto geopolítico do conhecimento que pode considerar como semi-periférico e subalterno.

Assim, a partir dessas inquietações alimentadas por uma pressa-vagarosa de compreensão sobre realidade, pode-se dizer que há uma globalização dita hegemônica ou dominante, mas há também reações a essa força tendente a uniformizar as diversidades do mundo. Portanto, nesse movimento global/local, haveria desenvolvimento de uniformidades e diversidades, ou em outros termos, de homogeneização e de heterogeneização.

A globalização pode ser entendida a partir de alegorias e metáforas, como a de uma “nave espacial”, por exemplo, podendo mesmo ter vários significados a partir da maneira como se enxerga o fenômeno. Contudo, uma das faces mais manifestas do fenômeno, é a econômica, tanto do ponto de vista produtivo, quando comercial e,

principalmente, financeiro. Ademais, vários foram os autores que manifestaram as suas inquietações acerca da face destrutiva da globalização, fundamentalmente em seu caráter econômico e social, mas também político e ambiental. A esfera cultural não deixou de fazer parte dessas preocupações.

Numa perspectiva de denúncia que visa contrapor-se a uma epistemologia do Norte Global, bem como de uma globalização hegemônica produtora de ausências (não-existências), o conceito de globalização de Boaventura de Souza Santos lança luz sobre os processos que determinam a condição que uma “entidade social estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”. (SANTOS, 2008, p. 438). Em outras palavras, tratou-se de compreender a globalização como um processo subordinador, cooptador ou mesmo discriminador, isso em sua face dita hegemônica, portanto, dominante. Complementarmente a esta visão, é pertinente a perspectiva trazida por Beck (1999), que procurou desvendar os equívocos do globalismo e as respostas à globalização.

Assim, a partir dessas duas referências conceituais acerca da globalização, pode-se depreender que se trata mesmo de um fenômeno multifacetado e complexo, em escala mundial, mas com reflexos em escala nacional, regional e local. Trata-se ainda de um fenômeno que visa, em sua manifestação hegemônica, produzir uniformidades nas várias instâncias da vida social, inclusive no âmbito dos saberes e das práticas de gestão, como se somente houvesse um único modo de pensar, o “pensamento único da administração”. Portanto, no campo da gestão e da organização, percebe-se claramente uma influência de determinados “pontos nodais” numa rede complexa de relacionamentos econômicos, empresariais, políticos, sociais e culturais, em escala global. A influência de origem anglo-saxônica pode ser considerada hegemônica neste campo. A partir do conceito de globalização de Boaventura de Souza Santos, seria possível afirmar, por exemplo, que existiria um modo de saber e de prática de gestão que estende a sua influência a todo o globo, e que ao fazê-lo, designa como exótico, atrasado, local, primitivo, outras experiências rivais. Em suma, não haveria saída, e parafraseando Francis Fukuyamma “seria o fim da história”, pelo menos na área da administração.

Entretanto, há que se ter em mente, que aquilo que é chamado de ausente ou residual, foi assim determinado por uma entidade social local que se pretendeu global



ou monopólica. Assim, numa perspectiva contra-hegemônica, caberia transformar as ausências em presenças, trazer à tona as experiências sociais emergentes, bem como processar-se um trabalho de tradução intercultural dessas diversidades de experiências do mundo.

Dentro dessa lógica, abordagens descoloniais no campo de estudos de gestão e organização, particularmente voltadas à realidade latino-americana, mostram-se viáveis e até mesmo desejáveis. Evidentemente que dentro disso, há espaço à perspectiva da hibridização.

Do ponto de vista da questão da cultura organizacional, tem-se que as empresas buscam por culturas globais, homogeneizantes, mas trazem ao mesmo tempo, a preocupação com a necessidade de fazer uma gestão da diversidade cultural, pois assim como num sentido mais amplo da vida social, coloca-se diante das organizações, cada vez mais, um imperativo intercultural (MACHADO; TEIXEIRA, 2015; FREITAS, 2008).

### Referências

- ALCADIPANI, R.; CRUBELLATE, J. M. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. **RAE**, v. 43, n. 2, p. 64-77, Abr./Jun., 2003.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- AMIN, S. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BARUKI, L. V. R. P.; BERTOLIN, P. T. M.; DIAS, V. C. S. F. Migrantes clandestinos na região central de São Paulo: a inclusão perversa. In BOGGIO, P. S.; CAMPANHÃ, C. (Orgs.). **Família, gênero e inclusão social**. São Paulo: Memnon, 2009.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: As consequências humanas. Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. On Glocalization coming of Age. **Social Europe Journal**, August 2011.
- BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BEYNON, H. Globalização, neoliberalismo e direito dos trabalhadores. In OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- BORON, A. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRUNHOFF, S. A instabilidade financeira internacional. In CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CALÁS, M. B.; ARIAS, M. E. Compreendendo as organizações latino-americanas: transformação ou hibridização? In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2007.

CALDAS, M. P.; ALCADIPANI, R. Americanização e pós-colonialismo: a gênese da referência norte-americana na cultura e na gestão no Brasil. In: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Análise das organizações: perspectivas latinas**, vol. 1, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Santo de casa não faz milagre: condicionantes nacionais e implicações organizacionais da fixação brasileira pela figura do “estrangeiro”. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. Culturas brasileiras: entendendo perfis culturais no plural e em mutação. In: BARBOSA, L. (Coord.). **Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros**. São Paulo: Atlas, 2009.

CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CECEÑA, A. E. Pela humanidade e contra o neoliberalismo – Linhas centrais do discurso zapatista. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem global. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

COCKBURN, A.; St. CLAIR, J. O novo movimento por que estamos lutando. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking oh the third word*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FARNETTI, R. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional: Identidade, Sedução e Carisma?** São Paulo: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O imperativo intercultural na vida e na gestão contemporânea. **Revista Organização & Sociedade – O&S**, v. 15, n. 46, Salvador, Jul./Set., 2008.

GARCIA-CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidade**. México: Grijalbo, 1990.

GÓMEZ, J. M. Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUTART, F. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MACHADO, M. M.; TEIXEIRA, M. L. M. Adaptação cultural ou adaptação intercultural na expatriação? **XXXIX Encontro da ANPAD**, Belo Horizonte/MG, Set./2015.

MARTINE, G. A globalização incubada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectivas**, v. 19, n. 13, 2005.

MATTE, D.; GUAY, L. A marcha mundial das mulheres: por um mundo solidário e igualitário. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONEREO, M. De Porto Alegre a Porto Alegre: o surgimento do novo sujeito político. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. B. A valorização do estrangeiro como segregação nas organizações. **RAC**, Edição Especial, p. 59-79, 2001.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PARKER, B. Evolução e revolução: da internacionalização à globalização. In CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. v.1 São Paulo: Atlas, 2014.

PEREIRA, L. C. B. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. *In* PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

PETRAS, J.; VELTMAYER, H. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. *In* CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A influência da abordagem anglo-saxônica na análise das organizações no Brasil. *In*: CHANLAT, J-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Análise das organizações: perspectivas latinas**, vol. 1, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROSA, A. R.; ALVES, M. A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 255-264, Mai./Jun. 2011.

ROSA, A. R.; MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE.BR**, v.10, n. 2, p. 393-410, Jun. 2012.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. *In* OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. *In*: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SALAMA, P. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. *In* CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. Novas formas da pobreza da América Latina. *In*: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEOANE, J.; TADDEI, E. De Seattle a Porto Alegre – Passado, presente e futuro do movimento antimundialização. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In CHESNAIS, F. (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

SOLA, L. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SUNKEL, O. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

WOOD JR., T.; CHU, R. A. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 969-991, Set./Out., 2008.

WOODIWISS, A. Globalização, direitos humanos e direito do trabalho na Ásia do Pacífico: o início de uma viagem interior? In OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

---

<sup>i</sup> Quanto ao termo “qualidade total”, Antunes (2000) utiliza o adjetivo “falacioso”, pois entende que, curiosamente, quanto mais um produto tiver “qualidade total”, menos ele deve durar. Ou seja, imperaria a vigência da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias.

<sup>ii</sup> O termo mundialização é mais empregado por autores franceses de várias formações, ao invés de globalização, que possui uma origem na tradição anglo-saxônica. Entretanto, a diferença não é apenas semântica e de origem, mas também guarda algumas diferenças conceituais, que no momento, não se fazem tão relevantes, uma vez que Chesnais (1996), por exemplo, enceta, basicamente, o mesmo período histórico quando nos referimos ao termo globalização.

<sup>iii</sup> O pensamento hegemônico, na visão de Boaventura de Sousa Santos, visa impor e sustentar, além de um determinado paradigma científico-cultural, também o seu domínio econômico, tendo por interesse vastas áreas do planeta sob seu julgo.